
Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51388>

**A “portugalização” do Brasil em debate:
os tempos da transição política brasileira (1973-1988)***

*The “Portugalization” of Brazil under debate:
the times of the Brazilian political transition (1973-1988)*

*La “Portugalización” de Brasil en debate:
los tempos de la transición política brasileña (1973-1988)*

Reinaldo Lindolfo Lohn**

<https://orcid.org/0000-0002-7902-2733>

RESUMO: O artigo analisa um dos debates intelectuais ocorridos em torno das possibilidades de transição política no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, o qual conectou os contextos brasileiro e português. A noção de “portugalização” do Brasil, formulada por Philippe C. Schmitter entre 1971 e 1973 é tomada como indício histórico e eixo analítico para compreender algumas das expectativas sobre a transição política, evidenciando que os debates acadêmicos e políticos envolveram na década de 1970 a tentativa sincronizar a temporalidade das disputas políticas no Brasil a outros processos de transformação em regimes autoritários. Inicialmente a ideia de “portugalização” foi formulada como uma perspectiva de institucionalização da ditadura,

* Este artigo resulta de projetos de pesquisa apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo: 305022/2025-3), e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), termo de outorga 2025TR001468.

** Professor Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), junto ao Departamento de História e nos Programas de Pós-Graduação em História e em Ensino de História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível C (CNPq). Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e estágio pós-doutoral na NOVA, Lisboa. Sob a abordagem da História do Tempo Presente, investigo a temática da transição política no Brasil ao fim da última ditadura. Coordeno o Laboratório de Estudos da Contemporaneidade, sou um dos coordenadores do Grupo de Trabalho História do Tempo Presente da Associação Nacional de História (ANPUH) e coeditor da revista *Tempo e Argumento* (2019 a 2026). Autor de *Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)* (2020, Insular); coautor do capítulo *The left and the Workers’ Party in Brazil: a party between populism, social policies and the popular vote* (em *Populism: Latin American Perspectives*, 2023, Agenda Publishing); organizador de *História nas bancas de revistas: um país impresso entre representações sociais e culturas políticas* (Todapalavra, 2016); coorganizador de *Una mirada crítica desde la izquierda* (CLACSO, 2021) e *Utopia e repressão: 1968 no Brasil* (Sagga, 2018). E-mail: reilohn@gmail.com.

assegurando desdobramentos análogos ao regime português, então sob a chamada “primavera” de Marcello Caetano. A Revolução dos Cravos, em 1974, viria a suscitar novos empregos para essa formulação, que foi criticada e ressignificada nos debates políticos, na imprensa brasileira e em elaborações intelectuais. Por outro lado, as vitórias eleitorais da oposição a partir daquele ano acentuaram a percepção, que ganhou corpo na década de 1980, de uma temporalidade própria para a transição brasileira, distinta de modelos internacionais. O esquecido debate sobre a “portugalização” do Brasil é um indício de ampliação da esfera de discussões políticas no país a respeito da transição política, afirmando suas assincronias e singularidades, ainda que atravessada por referências e disputas em escala internacional.

Palavras-chave: Transição política. Portugalização. Debates intelectuais. Esfera política.

ABSTRACT: This article analyzes one of the intellectual debates surrounding the possibilities of political transition in Brazil between the 1970s and 1980s, which connected the Brazilian and Portuguese contexts. The notion of the “Portugalization” of Brazil, formulated by Philippe C. Schmitter between 1971 and 1973, is taken as an historical evidence and analytical axis to understand some of the expectations about the political transition, highlighting that academic and political debates in the 1970s involved an attempt to synchronize the temporality of political disputes in Brazil with other processes of transformation in authoritarian regimes. Initially, the idea of “Portugalization” was formulated as a perspective for the institutionalization of the dictatorship, ensuring developments analogous to the Portuguese regime, then under the so-called “spring” of Marcello Caetano. The Carnation Revolution in 1974 would give rise to new uses for this formulation, which was criticized and reinterpreted in political debates, in the Brazilian press, and in intellectual elaborations. On the other hand, the electoral victories of the opposition from that year onwards accentuated the perception, which gained traction in the 1980s, of a specific temporality for the Brazilian transition, distinct from international models. The forgotten debate about the “Portugalization” of Brazil is an indication of the expansion of the sphere of political discussions in the country regarding the political transition, affirming its asynchronies and singularities, even if traversed by references and disputes on an international scale.

Keywords: Political transition. Portugalization. Intellectual debates. Political sphere.

RESUMEN: Este artículo analiza uno de los debates intelectuales en torno a las posibilidades de transición política en Brasil entre las décadas de 1970 y 1980, que conectó los contextos brasileño y portugués. La idea de “Portugalización” de Brasil, formulada por Philippe C. Schmitter entre 1971 y 1973, se toma como evidencia histórica y eje analítico para comprender algunas de las expectativas sobre la transición política, destacando que los debates académicos y políticos de la década de 1970 implicaron un intento de sincronizar la temporalidad de las disputas políticas en Brasil con otros procesos de transformación en regímenes autoritarios. Inicialmente, la idea de “Portugalización” se formuló como una perspectiva para la institucionalización de la dictadura, asegurando desarrollos análogos al régimen portugués, entonces bajo la llamada “primavera” de Marcello Caetano. La Revolución de los Claveles de 1974 daría lugar a nuevos usos para esta formulación, que fue criticada y reinterpretada en debates políticos, en la prensa brasileña y en elaboraciones intelectuales. Por otro lado, las victorias electorales de la oposición a partir de ese año acentuaron la percepción, que cobró fuerza en la década de 1980, de una temporalidad

específica para la transición brasileña, distinta de los modelos internacionales. El debate olvidado sobre la “Portugalización” de Brasil es un indicio de la expansión del ámbito de las discusiones políticas en el país respecto a la transición política, afirmando sus asincronías y singularidades, aun cuando esté atravesada por referencias y disputas a escala internacional.

Palabras clave: Transición política. Portugalización. Debates intelectuales. Esfera política.

Como citar este artigo:

Lohn, Reinaldo Lindolfo. “A ‘portugalização’ do Brasil em debate: os tempos da transição política brasileira (1973-1988)”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 165-189.

Os nós da transição

O processo de reorganização política ocorrido no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970, quando ainda vigia a ditadura militar (1964-1985), envolveu aspectos e debates que não se restringiram à escala nacional. O horizonte para uma democratização do sistema político brasileiro naquele contexto mobilizou percepções e projeções de futuro que receberam influência do contexto internacional. Neste artigo pretende-se destacar as interações então suscitadas pelos contextos políticos do Brasil e de Portugal, compreendendo que o país ibérico impressionava diferentes observadores, seja pela então perspectiva de manutenção da longa ditadura salazarista (1933-1974), então sob o comando de Marcello Caetano ou logo após a Revolução do Cravos, em abril de 1974, que pôs fim àquele regime.

Pretende-se focalizar a circulação no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 de algumas ideias políticas em torno de uma possível democratização que superasse a ditadura e articulasse diferentes posições no quadro das forças que atuavam nas oposições ao regime autoritário. Sabe-se que as transições políticas ocorridas na América Latina e no Sul da Europa foram alvos de estudos acadêmicos que se tornaram referências indispensáveis, em vários casos ainda antes da extinção das ditaduras que vicejaram em países dessas regiões (O'Donnell e Schmitter 1988; Huntington 1994; Hermet 2001; Linz e Stepan 1999). Quando aqueles processos sociais e políticos ainda estavam em curso ou em aberto, áreas como a Sociologia ou a Ciência Política procuraram dotar aquele então “presente” de densidade analítica e histórica. Uma das marcas desses estudos estava em compreender que a análise dos casos nacionais era, em certos aspectos, superada por um quadro de relações transnacionais. Buscava-se tipologias mais ou menos amplas para situar os

processos ocorridos em cada país, como se houvesse uma sincronização de eventos e perspectivas que fariam parte de uma única contemporaneidade.

Além disso, avançou-se para projeções de futuro, como se uma superação de regimes autoritários significasse a concretização de modelos previamente formulados que confirmassem um projeto histórico da modernidade ocidental, na qual as singularidades reiteram uma imagem abrangente do mundo com um único sentido. As possíveis aproximações dos casos brasileiro e português ganharam corpo em diferentes análises, incluindo um neologismo que se perdeu no tempo, mas que foi acionado em meados da década de 1970: a perspectiva de uma possível “portugalização” do Brasil. Neste artigo, toma-se essa quase esquecida formulação teórica como uma oportunidade para perceber a circulação de debates políticos que, a partir dos diferentes contextos vividos em Portugal e no Brasil naqueles anos, apontavam para os limites ou para as possibilidades dos projetos de democratização.

Cabe questionar as narrativas lineares e estáveis sobre o processo de transição política no Brasil, compreendendo que entre a década de 1970 e a seguinte há diferentes mudanças de percepção nos debates então encetados. O enfoque buscado aqui pretende destacar as circulações de ideias que reenquadraram ao longo do tempo a discussão sobre a democratização brasileira, compreendendo que estas envolveram dimensões que não se restringiram às frequentes e necessárias denúncias ao aparato repressivo. É possível sugerir uma redefinição do espaço em que ocorriam debates políticos, compreendendo projeções que superavam aqueles que ocorriam ao nível das forças políticas organizadas no interior do país. Obviamente, não é tarefa fácil demonstrar tal redefinição do espaço político, atravessado por questões que extrapolavam a escala nacional, daí que se pretende percebê-la por meio de discussões de ideias e formulações em que as particularidades das relações políticas domésticas foram tensionadas ao serem situadas em uma escala transnacional de debates. Situado em uma esfera mais ampla de debates, a esfera do campo político no país foi percebida de modo mais complexo, o que tornou possível valorizar as próprias relações que ocorriam internamente, neste caso, as mobilizações em torno das eleições a legitimidade de setores político-partidários que ganharam legitimidade nessas disputas.

A partir da análise de um trabalho publicado em 1973 pelo cientista político Phillipe C. Schmitter, de debates registrados nas páginas do *Jornal do Brasil* e de sua avaliação crítica em um trabalho de Bolivar Lamounier, em 1988, o objetivo deste artigo está em perceber o quanto as projeções em torno de uma transição política no Brasil favoreceram uma fértil formulação de questões que ampliavam o quadro político brasileiro, seja para superá-lo ou para tornar mais denso o papel de agentes internos. Neste caso, os diferentes tempos, ritmos e sentidos da transição política

estiveram em debate. De certa forma, a esfera do político no Brasil, passou a ser composta por “nós históricos”, na imagem sugerida por Pierre Rosanvallon (1995), em que o âmbito nacional, com suas particularidades, foi entrecruzado por elementos transnacionais. Tais “nós” podem ser compreendidos, conforme o autor, como conexões pelas quais “novas racionalidades políticas e sociais se organizam”. É possível compreender que as ideias e interpretações sobre a democratização compreendiam um quadro de conexões que estabeleceram pontos nodais a partir de sua exposição a discussões que ultrapassavam as fronteiras nacionais, com sincronias e assincronias, acentuando a influência do cenário internacional ou destacando os fatores endógenos. Atar ou desatar os nós da transição política implicou em debates que contribuíram para tornar mais complexa a esfera do político no Brasil.

Transição, transições

Recentemente, historiadores e historiadoras voltaram-se aos processos de democratização ocorridos na América Latina, reabrindo discussões e possibilitando compreender aquele período como necessário para tratar a história do tempo presente de países como o Brasil, em particular a limitação dos processos democráticos e sua baixa densidade (Fico 2017; Napolitano 2018; Motta 2021; Pedretti 2024). Por outro lado, depois de algumas décadas sob uma percepção genérica nos meios convencionais de que a democracia brasileira estaria consolidada, episódios e processos recentes voltaram a suscitar dúvidas e a evocar a necessidade de analisar historicamente os processos sob os quais foi arranjado um quadro que se institucionalizaria nas décadas seguintes.

Antes dos historiadores, contudo, por suas proporções e dimensões no âmbito internacional, a situação do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 ganhou destaque nas análises de cientistas sociais de outras áreas com ampla circulação acadêmica. O quadro das relações políticas do país foi então percebido como uma parte de um todo abrangente, redimensionando o papel das negociações internas, as quais perdiam suas características particulares e eram localizadas em um plural de eventos que se sucediam em diferentes contextos nacionais. Efetivamente, a variação nas escalas de observação dos processos sociais e históricos é uma premissa necessária para dar conta da temática aqui explorada. Para Jacques Revel (2010), “a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar uma realidade constante em diferentes tamanhos, mas sim a transformar o conteúdo da representação através da escolha do que é representável”. Uma escala de observação transnacional sincronizava as relações políticas brasileiras em trajetórias que as extrapolavam, derivando daí certas representações sobre os fenômenos analisados.

A escala transnacional dos processos de democratização ganhou destaque entre analistas coevos aos acontecimentos. Sob a influência de estudos políticos desenvolvidos por intelectuais dos Estados Unidos ou em universidades daquele país, esse tipo de abordagem viria a se consagrar ainda mais, nas décadas seguintes aos processos de transição política dos anos de 1970 e 1980, na proposição de Samuel Huntington (1994), para quem, em 1974, teria sido iniciada em âmbito global uma nova “onda” democratizadora. A terceira onda de democratização, a partir justamente de Portugal, seria uma das explicações para a compreensão dos diferentes processos sociais que marcaram a América Latina e, inclusive, o Leste Europeu, a partir da queda de sistemas autoritários. O próprio Huntington esteve no Brasil em algumas oportunidades a partir de 1972 (Hoeveler 2024) e travado contato com o primeiro escalão do regime autoritário, quando teria exercido influência intelectual na formulação de uma estratégia distensionista. Esta marcaria a chamada transição lenta, gradual e segura, sob o comando de militares supostamente moderados e ciosos de suas responsabilidades, considerados pelo autor como força capaz de organizar países sem tradição democrática (Lemos 2014).

Sob outras perspectivas, intelectuais com grande peso acadêmico e ampla circulação internacional publicaram diferentes estudos sobre as transições para a democracia, pretendendo analisá-las de modo sistemático e a partir de categorias e métodos submetidos à validação científica. Como mencionado anteriormente, nomes como Guillermo O'Donnell, Juan J. Linz, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead, entre outros, por meio da perspectiva comparativa dos diferentes processos nacionais, buscaram perceber o papel dos agentes políticos na formulação de estratégias realistas e moderadas, conforme o contexto, para as transições. Por outro lado, não se perdia de vista que compreender as disputas políticas como parte central das transições jogava luz sobre as tensões e conflitos entre as diferentes forças sociais dominantes, o que denotava um elemento de indeterminação e de franca possibilidade de reversão dos processos de transição ainda em curso (Cancelli 2021). Para Laurence Whitehead (2001), no que diz respeito aos procedimentos formais, a organização de sistemas representativos esteve sob o estrito controle de relações políticas internas, mas as questões mais amplas, como os direitos humanos e as diferentes proteções à participação popular envolveram a aquisição de um aprendizado e de um repertório internacional de ideias e princípios.

Não faltaram nas perspectivas adotadas para compreender a transição política no Brasil certas “análises de cunho teleológico e finalístico” (Freire e Martinho 2012), como se houvesse alguma necessidade histórica presidindo uma ação que estaria definida previamente pelo quadro das democracias ocidentais. No conjunto de tais teorias da transição, cabe ainda considerar o que

aponta Leonardo Avritzer (1995), para quem seus pressupostos foram construídos a partir do que seriam regras democráticas ideais e apriorísticas. Neste caso, tais teorias levariam, por um lado, a universalizar uma noção de democracia e, por outro, a particularizar os episódios políticos que envolveram a superação de regimes autoritários. Diferentes análises tenderam a desenhar trajetórias que necessariamente conduziriam a uma democratização ideal ou a seu fracasso, desconsiderando quaisquer assincronias possíveis. É como se fosse perdido de vista que havia elementos não exatamente contemporâneos, dadas as singularidades nacionais. A democratização, conforme o autor, compreende uma disputa “acerca da cultura política que irá prevalecer no interior de uma sociedade com instituições democráticas” (Avritzer 1995). Portanto, há a percepção de um balanço entre a efetividade das formas institucionais democráticas existentes e as experiências dos agentes sociais e políticos.

No caso da transição brasileira, os elementos singulares tiveram peso significativo. Diferentes abordagens identificaram um pacto conduzido por elites do sistema político dominante, sob controle militar, tendo em vista a aceitação limitada de algumas demandas de uma então rearticulada sociedade civil. No início da chamada Nova República tornara-se consistente a perspectiva de que as urnas e os chamados movimentos sociais teriam sido bases legitimadoras fundamentais para a tomada de medidas que viessem a caracterizar um regime democrático no país (Diniz 1985). Em recente obra, Bryan Pitts (2023) propõe um peso ainda mais acentuado para os políticos civis, caracterizados a partir de suas funções como lideranças partidárias que teriam sido decisivas na superação da ditadura. Neste caso, a proposta do autor possibilita renovar, sob novo viés, a questão formulada na década de 1980 quanto ao papel das eleições como fator central e singular da transição brasileira, destacando tanto a mobilização popular quanto a ação de uma nova classe política.

Compreende-se aqui que seja importante discutir a transição política ocorrida no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 como um fenômeno que, apesar de operado no âmbito de instituições e sistemas nacionais, envolveu o cruzamento com ideias e projetos que ampliavam seus limites, bem como apresentou diferentes dimensões, espaços de debates e ritmos temporais. Fazer a transição política anunciada pela ditadura transformar-se em uma democratização envolveu conflitos e agenciamentos que não estavam definidos de antemão e que suscitavam debates que situavam a ação de forças políticas domésticas em um quadro que extrapolava seus marcos nacionais.

Geoffrey Pridham (1997), considerando o contexto Europeu, sugeriu examinar o espaço de “interações” entre contextos nacionais e internacionais que é construído no âmbito de transições de regimes, de modo a perceber conjuntos de relações que organizaram as dinâmicas políticas. De

sua parte, por meio da observação de um campo interseccionado de interações e conexões internacionais, Fernando Pedrosa (2010) pontua que a análise histórica dedicada ao passado recente pode encontrar um “espaço chave” para revitalizar os estudos sobre a democratização, percebendo as vivências e as práticas dos agentes políticos, suas experiências e lugares por onde circularam, evitando generalizações teóricas. Pode-se apontar que, além da variação de escalas, a análise histórica ganha em muito ao adotar a perspectiva da conectividade dos processos sociais. Trata-se de expandir as abordagens historiográficas para além da fragmentação e do isolamento nacionais. Supõe-se que as estruturas políticas dependem de interações que pressupõem conexões e permitem integrações. Seguindo a sugestão de Sebastian Conrad (2012), menos importantes do que buscar as “origens”, se internacionais ou locais dos processos sociais, é útil acentuar as condições de emergência que possibilitaram as interações entre as dinâmicas nacionais e internacionais.

No quadro abrangente de circulação de ideias e projeções sobre o futuro da ditadura é possível identificar as singularidades da transição brasileira, com suas dinâmicas internas próprias, mas atravessadas por discussões em que se pode entrever as alternativas disponíveis. No escopo da literatura internacional das décadas de 1970 e 1980, destaca-se aqui um livro que veio à público alguns anos antes dos trabalhos mencionados e que articulou intelectuais brasileiros e estrangeiros. De certo modo, ainda que em suas limitações, dado que as formulações de seus autores foram elaboradas anteriormente aos eventos marcantes de 1974, tanto em Portugal quanto no Brasil, o livro serve como indício das preocupações que viriam a ganhar dimensão mais consistente a respeito das perspectivas do regime autoritário vigente no Brasil e eventuais mudanças futuras. A obra *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*, foi organizada por Alfred Stepan e publicada em 1973, como resultado de um evento realizado em 1971 na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, sobre o então Brasil contemporâneo. A ditadura vivia seu momento mais intenso, tanto em termos dos procedimentos repressivos quanto do êxito de políticas de crescimento econômico acelerado, no que se chamou então de “milagre econômico”. Apenas um brasileiro participou da coletânea, Fernando Henrique Cardoso. Entre os estrangeiros, havia os muito familiarizados com o Brasil, como Thomas Skidmore, Albert Fishlow e o próprio Stepan. Completam o elenco de autores, Samuel Morley, Gordon Smith, Juan J. Linz e Philippe C. Schmitter. Os trabalhos publicados no livro avaliaram algumas das principais características políticas e econômicas do processo de desenvolvimento do país desde 1964. Os estudos partiram da premissa de que havia um modelo brasileiro de desenvolvimento, sendo que seria indispensável compreender os valores sob os quais este se sustentava. Três questões aparecem como centrais nas preocupações de então:

as condições que levaram ao regime autoritário, as políticas socioeconômicas adotadas e os fatores que permitiriam sua institucionalização futura (Stepan 1973).

Este terceiro âmbito de atenção dos cientistas sociais norte-americanos sobre o Brasil, focado em percepções e projeções sobre o futuro do país e, particularmente, sobre as perspectivas então disponíveis a respeito dos desdobramentos da ditadura, proporciona a possibilidade de identificar a emergência de alguns dos horizontes políticos no Brasil que inspiravam percepções e debates sobre a esfera do político no país, tomada como lugar de articulação entre o social e sua representação (Rosanvallon 1995). A inteligibilidade de algumas dessas ideias demandou ampliar a escala dos debates ocorridos no país ao longo da década de 1970, o que resultou em perceber as relações políticas internas como parte de discussões que superavam suas fronteiras e supunham uma dimensão transnacional e suas possíveis conectividades. Tomando-se um dos textos da coletânea, elaborado por Phillippe C. Schmitter, justamente o que abre a parte relativa às projeções sobre os desdobramentos políticos da ditadura brasileira, o Brasil tinha diante de si um quadro político que poderia ser descrito a partir do que então se processava em sua antiga metrópole colonialista, Portugal, compondo uma formulação que foi sintetizada na ideia de uma possível “portugalização” do país.

Transição como institucionalização da ditadura: a “portugalização” do Brasil

Em um dos capítulos do livro organizado por Alfred Stepan e publicado um ano antes da queda do regime salazarista em Portugal, Philippe C. Schmitter (1973) constrói sua análise sobre o futuro do Brasil autoritário e suas possíveis mudanças em torno de uma interrogação: *The ‘Portugalization’ of Brazil?* A pretensa “portugalização” possibilita abrir um produtivo flanco de discussões. Pode-se tomar esta especulação que se mostrou equivocada como uma possibilidade para discutir as projeções e a circulação de ideias que tinham como tema as possibilidades de efetuar mudanças no quadro político brasileiro de então, iniciando uma transição que, neste caso, significaria a manutenção de estruturas autoritárias.

A análise do cientista político norte-americano é um exemplo de uma perspectiva comparativa frequente em sua obra, partindo de seu interesse sobre o Brasil que vinha desde seu mestrado, quando atuou no país como parte de atividades da “Aliança para o Progresso”. O foco no Brasil e em Portugal redundou de seu interesse em compreender o corporativismo (Schmitter 1974), a partir de uma abordagem funcionalista renovada que questiona a influência das estruturas de poder e de formas complexas de intermediação de interesses por sobre a pretensa atuação livre de agentes políticos, tal como seria possível em um ambiente liberal-democrático.

Ao longo do texto, Philippe C. Schmitter avalia as possibilidades disponíveis para que a ditadura brasileira transitasse para um tipo de dominação autoritária permanente, ou seja, para sua institucionalização completa, a qual eliminaria a autonomia dos agentes políticos, restringiria as escolhas disponíveis e controlaria as alternativas, resultando em sua autopropetuação no poder. A “portugalização” seria uma possibilidade para a institucionalização definitiva de um sistema autoritário, tal como o autor e outros integrantes da coletânea especulavam para o futuro do Brasil, tendo como significado o reavivar de um modelo político, social e econômico que parecia desacreditado. A discussão leva Schmitter a observar diferentes aspectos que reforçariam a viabilidade de iniciativas que assegurassem a longevidade do regime, tal como parecia ocorrer com a ditadura portuguesa, sob o comando de Marcello Caetano. Assim, “portugalização” adquire o sentido de uma resposta à modernização capitalista que seria uma base para um sistema singular de dominação política autoritária com capacidade para se institucionalizar e sobreviver. O próprio autor sugere que gostaria de estimular os agentes políticos brasileiros a resistirem a tal cenário, embora tivesse poucas expectativas sobre a possibilidade de evitar um tipo de transição no regime que redundaria em uma dominação institucional autoritária que se consolidaria. Países como o Brasil não teriam condições de repetir experiências históricas de democratização clássicas: seu tempo seria outro, sincronizando-se com o que se passava na antiga metrópole, que institucionalizara um modelo autoritário durável.

Para além das repetidas violações a direitos humanos denunciadas pela imprensa internacional e da criação arbitrária de normas constitucionais, o futuro do regime autoritário brasileiro seria revelado pelas mudanças impostas nos mecanismos decisórios no âmbito precípua do Estado, os quais tinham potencial para tornarem-se duráveis. Para o autor, o regime atualizava e tornava ainda mais robustos os componentes estruturais de um sistema que remeteria ao autoritarismo corporativo do Estado Novo brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1940, sintomaticamente bem-sucedido no regime homônimo português. Compreender os desdobramentos da ditadura militar demandaria ter em conta aquele regime autoritário e como alguns de seus elementos eram compartilhados dos dois lados do Atlântico. O objetivo dos militares seria o de modificar os mecanismos herdados, purgando-os do “populismo” e evitando a possibilidade de competitividade e disputa, mantendo intactos os elementos autoritários estruturais (Schmitter 1973, 182). O regime, assim fazendo, institucionalizaria um sistema de dominação corporativo puramente autoritário, o que poderia ser exemplificado pela Espanha e, em especial, por Portugal, então sob os efeitos da suposta “primavera” prometida por Caetano assim que assumiu o poder, após o afastamento forçado de António Salazar. Sabe-se, contudo, que a referida

“primavera” se provaria uma iniciativa frustrada, dada a inflexibilidade e a intransigência de Caetano em promover mudanças substanciais, especialmente em relação aos domínios coloniais do país (Martinho 2018, 205).

Para Schmitter, Brasil, Portugal e Espanha apareciam como espaços em que regimes autoritários seriam eficazes na regulamentação de cima para baixo da representação de interesses por meio de categorias hierárquicas, tendo por foco tanto o controle sobre as finanças quanto a seleção de lideranças, as quais redundariam em uma burocracia central corporativista. Por isso, na visão do autor, a manutenção da legislação trabalhista, expressa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seria um elemento revelador das bases do regime, mantendo a estrutura preexistente, sem descuidar de perseguir e afastar os integrantes mais combativos do movimento sindical e de cooptar os demais (Schmitter 1973, 206).

Portanto, na análise de Schmitter, o Portugal corporativista pretensamente renovado por Marcello Caetano poderia estar no futuro do Brasil na década de 1970. Em ambos os lados do Atlântico haveria uma sincronia de processos políticos e sociais que presidiriam suas transições autoritárias. Um futuro partilhado e peculiar, pois de certo modo tinha por bases o passado recente brasileiro, sob a dominação varguista. O autor admite que a “portugalização” não seria um modelo prototípico que estaria sendo perseguido pelos militares, pois o Brasil teria sua própria dinâmica social, bem como as pretensões internacionais do regime tenderiam a aproximá-lo de políticas menos autárquicas e mais próximas dos interesses dos Estados Unidos (Schmitter 1973, 229). De todo modo, mesmo que não fosse modelo ou solução, a “portugalização” referia-se a uma perspectiva futura, até então ainda incompleta, de transição para a estabilização e a institucionalização do autoritarismo. Assim, a ditadura militar não seria um breve parêntese em uma trajetória que logo retomaria uma direção liberal e democrática inelutável, tão logo fossem vencidos os extremismos da esquerda, tal como os defensores do regime propugnavam. Por outro lado, também não seria facilmente vencida pela ação de massas populares politicamente conscientes que aprofundariam as lutas sociais interrompidas em 1964 e retomariam o protagonismo, tal como setores da esquerda preconizavam.

A ditadura militar não seria algo “extraordinário” na trajetória política brasileira, mas um elemento que poderia revelar um tipo de dominação “bonapartista”, ideia sugerida a partir d’*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, bem como pelos próprios estudos do autor sobre o corporativismo, característica de sociedades com um desenvolvimento capitalista tardio (Schmitter 1973, 189). Não estaria no horizonte brasileiro uma saída de tipo liberal-democrática ou uma solução radical, com amplo protagonismo popular. O futuro reservaria uma “dictablanda”,

construída por meio da restauração mais complexa e depurada das bases autoritárias da década de 1930, sem os riscos inerentes ao “populismo” (Schmitter 1973, 215). Com algumas intervenções institucionais, os militares poderiam garantir uma dominação de tipo burocrática, institucionalizando seus sucessores, à sua escolha, ainda que fossem civis, configurando a progressiva independência e proeminência do Executivo sobre as demais instâncias do poder estatal, expressa no corporativismo, na centralização, na despolitização e em um sistema partidário monopolista.

A modernização autoritária assim imposta, com altas taxas de concentração de renda, significaria constantes intervenções que evitassem mudanças substantivas, ou seja, por meio de estritos mecanismos de controle social. Isso resultaria em um sistema em que, mesmo com a existência formal de partidos, os militares exerceriam um monopólio sobre a seleção das lideranças, promovendo a desmobilização política e a apatia social. Essas duas últimas características mais uma vez guardariam analogia com o regime português de então, embora também expressassem uma “cultura política” singular, cujas predisposições apontariam para o pactualismo, os arranjos pessoais não conflitivos e o bacharelismo, em uma análise que deve muito à leitura dos intérpretes clássicos do pensamento social brasileiro (Schmitter 1973, 205-212).

O caminho para uma institucionalização completa do poder autoritário militar estaria aberto e se desdobraria na criação de um sistema de controle que assegurasse a previsibilidade e a legalidade da dominação, sem os riscos da contestação, afirmando uma nova normalidade. Isso seria alcançado pela concentração de recursos decisórios e na disseminação de agências governamentais na periferia, reduzindo ao mínimo o espaço para a discussão congressional e a ação oposicionista, ao passo em que a capilaridade do Serviço Nacional de Informações (SNI) se tornava cada vez mais evidente. Com um poder autônomo e sem contendores e alternativas, o resultado seria uma sociedade prostrada diante dos fuzis e dos planos governamentais (Schmitter 1973, 224-228).

O texto de Schmitter parece ter sido rapidamente superado pelos fatos. A “portugalização”, mesmo não sendo um modelo, apontaria para uma perspectiva de transição política que asseguraria a longevidade e normalização de um regime autoritário. Compreendendo o quadro político existente em 1973 em dois países distintos, o autor propunha uma interpretação do Brasil então contemporâneo que especulava cenários sobre o futuro da ditadura brasileira. A esfera do político ganhava uma outra dimensão e delimitação. Contudo, duraria pouco essa perspectiva de futuro. O mês de abril de 1974 provocou uma virada importante. A Revolução dos Cravos, iniciada a 25 de

abril, marcava o fim da ditadura salazarista e impressionou por propor a “eleição de uma Assembleia Constituinte pelo voto direto” (“Junta controla Portugal” 1974).

Após o 25 de Abril de 1974 teve início o que a historiografia portuguesa denomina de Processo Revolucionário em Curso, que suscitou desconfiças, divergências e esperanças. Como aponta Maria Inácia Rezola (2007, 17), num mundo impactado pela crise do petróleo e dividido pela guerra fria, “negando todas as previsões e modelos de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os Capitães de Abril apresentaram um programa democratizador”, o qual previa “um governo civil e a realização de eleições livres”. Após uma longa ditadura que manteve um sistema político e econômico relativamente autárquico, com foco no controle de possessões coloniais, Portugal abria-se para o mundo.

Tendo como cenário a revolução portuguesa, Lisboa tornou-se uma das frentes internacionais de ativismo político das oposições brasileiras. O trabalho de denúncia da ditadura brasileira no exterior e de rearticulação das esquerdas logo se desdobrou em novos debates em que a questão das liberdades democráticas e o movimento pela anistia aos refugiados ganhou proeminência (Pezzon, 2019). Portugal tornou-se palco de intensos debates entre setores da oposição brasileira sobre as formas de transição política. A projeção de uma “portugalização” do Brasil ganhou, nessas condições, novas delimitações e sentidos.

A “portugalização” no labirinto

Ao propor a noção de que o tempo histórico é constituído de camadas ou estratos que o fazem denso, Reinhart Koselleck (2014) estimula os estudos históricos a discutirem a política e suas relações a partir dos conceitos empregados pelos agentes sociais, bem como as disputas em torno de seus sentidos. Se até então “portugalização” indicava uma projeção de continuidade autoritário no Brasil e uma transição sob controle estrito do regime, ainda que em novas bases, a partir da Revolução dos Cravos é possível encontrar novos significados em seu emprego. E isso implica que a esfera do político, como articulação entre práticas e representações, sofre um redimensionamento.

Neste aspecto, a investigação histórica em títulos da imprensa brasileira torna possível verificar que uma possível “portugalização” do Brasil após 1974 gerou debates densos, dado que expunha algumas das contradições que se punham diante dos que buscavam uma possível superação do autoritarismo. A mais evidente das objeções estava na influência transnacional sobre as alternativas brasileiras para uma possível transição política. Sincronizar o quadro político do Brasil ao ambiente internacional implicava em reduzir a importância das negociações e acordos

internos. Redimensionar a esfera do político no Brasil envolveu debates que podem ser entrevistados na apropriação interna da ideia de “portugalização”, especialmente em sua rejeição.

Juntamente com outros veículos da chamada grande imprensa brasileira, mas de modo especial, dada a atenção que o periódico dedicava ao processo político lusitano, o *Jornal do Brasil* acompanhou com atenção o contexto português resultante da revolução, com uma cobertura jornalística que permitiu a discussão de temas e questões que tinham reverberação no âmbito da situação política brasileira. A atenção voltou-se não apenas para o peso do passado português e sua identidade nacional, bem como seus vínculos históricos com o Brasil, mas para as possibilidades futuras que a revolução projetaria. A revolução portuguesa abriu possibilidades para discutir a questão democrática, quando diferentes forças políticas estavam envolvidas em uma longa transição política no Brasil, na qual qualquer possibilidade de ruptura institucional imediata estava afastada. O ritmo acelerado em Portugal contrastava com a lentidão brasileira.

Em meio às expectativas sobre a então recente troca de comando na ditadura militar brasileira, que passava às mãos do general Ernesto Geisel, vislumbrava-se possibilidades de diálogo e afrouxamento das ações repressivas do Estado. Em meados daquele ano, o general anunciou o início de uma distensão que qualificou, em tom de advertência, como necessariamente lenta, gradual e segura. Ao regime não interessava que a transição fosse marcada por um aprofundamento democrático. Tal gradualismo de acordos de cúpula foi aceito pela maior parte da oposição então instituída e defendido pela grande imprensa. Tal arranjo, situado em perspectiva transnacional, apontava para uma transição política própria, com uma temporalidade que se mostrava assíncrona em relação ao que ocorria em Portugal. Isto foi defendido pelos que insistiam em uma transição à brasileira, que se manteria relativamente alheia aos eventos internacionais.

Ao final de 1974, em 28 de novembro, depois que o processo revolucionário português começava a tomar formas mais radicais, a tradicional “Coluna do Castello” analisou a repercussão internacional do resultado das eleições parlamentares no Brasil ocorridas dias antes, com ampla vitória do partido da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Editada pelo jornalista Carlos Castello Branco, o Castelinho, a Coluna publicada diariamente no *Jornal do Brasil* era considerada um dos poucos espaços para a cobertura do exercício político no Brasil durante a ditadura militar brasileira e no período mais repressivo do regime. Em um ambiente de censura à imprensa, no qual havia grandes impedimentos às vozes oposicionistas, “o Congresso Nacional, nas palavras do próprio Castelinho, só existia na coluna dele” (Motta 2018, 347). A coluna daquele dia foi escrita pelo redator substituto Aluizio Flores, que refletiu sobre o que considerava a incapacidade dos analistas estrangeiros em compreenderem “os dados da conjuntura

brasileira” e o quão “incompreensível se torna a política brasileira”, levando os que olhavam o país desde o exterior a “errar grosseiramente”. Isso teria ocorrido com “alguém que teve a coragem de afirmar que o processo histórico levaria o Brasil a uma solução de força”. O resultado eleitoral, com a ampla vitória oposicionista, demonstrava que “sem maiores dores, um sistema fechado vai sendo aberto pela via eleitoral”, constituindo uma “solução cabocla”. Recorrendo à mitologia grega, o colunista refletiu sobre o quanto os formuladores estrangeiros necessitavam de uma Ariadne que os guiasse “no labirinto da política brasileira”. Em uma nítida resposta a Philippe C. Schmitter, conclui tal labirinto seria incompreensível aos “comentaristas de outras terras”, os quais deveriam “tratar de entender antes de sugerir uma portugalização do Brasil, e no mau sentido” (Flores 1974).

Significativa é a conclusão de que haveria uma portugalização no “mau sentido”, justamente aquela presente na formulação de Schmitter. Dessa forma, é possível perceber como após a revolução do 25 de Abril, há uma passagem nos sentidos atribuídos à portugalização. Até então, a metáfora com Portugal apontava para a continuidade do regime autoritário brasileiro. Depois, certamente ocorre um deslocamento. As transições em ambos os países tomariam novos caminhos, nem sempre coincidentes ou sincronizados. E o melhor sentido de “portugalização” passava a dizer respeito ao que ocorria a partir do 25 de abril de 1974.

O argumento colunista evidencia algo que é significativo: a influência de ideias políticas e de debates acerca do processo político brasileiro que não se limitavam à perspectiva “cabocla”. O incômodo sobre a “portugalização” ganhava novas conotações. Mas, sua rejeição não implicava que fosse possível deixar de debater ideias que circulavam em um espaço político ampliado. Seja pelas conexões entre processos sincronizados ou pela circulação de ideias e agentes, não era possível evitar que as disputas políticas internas viessem a ser interpretadas a partir de elaborações acadêmicas que passaram a discutir, desde então e nas décadas seguintes, a influência da dimensão transnacional das dinâmicas políticas domésticas (Brito e Malamud 2008).

No “labirinto” da política doméstica brasileira, que seguia opaco e de difícil resolução e interpretação, os debates que envolviam ideias que circulavam para além das fronteiras nacionais, ainda que gerassem eventuais repulsas, não deixavam de colaborar para a confecção de um fio de Ariadne. No final de 1974, o *Jornal do Brasil* voltou a mencionar a discussão, quando foi publicado um artigo em um Caderno Especial, no dia 8 de dezembro, sem autoria definida. O texto, sob responsabilidade dos editores do periódico, trata do referido evento acadêmico ocorrido dois anos antes na Universidade de Yale, destacando o quanto os intelectuais norte-americanos demonstravam pessimismo sobre as possibilidades futuras do sistema político brasileiro, com o aprofundamento do autoritarismo. Entre um ou outro “estudo cinzento”, o que mais nitidamente

demonstrava os limites das ideias então formuladas sobre o Brasil seria exatamente o de Phillippe C. Schmitter, para quem o futuro reservaria ao país “a formação do Partido único, a associação entre o empresariado e os militares e o progressivo desaparecimento da importância da Oposição”. O artigo ressalta os limites dos analistas estrangeiros, com a única exceção do espanhol Juan J. Linz. Em seu texto, este autor defendeu que o Brasil vivia mais uma “situação autoritária” do que propriamente um regime consolidado (Linz 1973). Por haver atentado ao jogo político interno que dificultava as bases de legitimação do regime, impedindo sua institucionalização e definição de um modelo, Linz teria então antevisto “o ambiente em que se dariam as eleições de novembro”, quando a oposição saiu vitoriosa em meio a um quadro econômico menos favorável do que aquele de 1972.

Depois das eleições o pessimismo fora afastado e o país demonstrava que poderia “sobreviver a um resultado eleitoral oposicionista”. O neologismo, então, não só havia “mudado de sentido”: a “portugalização” do Brasil passou a ser um delírio de politicologia”. A política doméstica impunha-se a “teorias de modelos, com círculos, arabescos, reformas e outras barroquices”, vencidas e arquivadas pela imposição da “saída eleitoral” como a única possível para o país. Nessa toada, o texto não apenas rejeita o sentido de “portugalização” anterior aos Cravos, como institucionalização da ditadura, mas também aquele que se apresentava em fins de 1974, quando o processo revolucionário ganhava corpo no país lusitano. Este não seria o caminho brasileiro, mas o da negociação interpartidária entre governo e oposição, o que demandava a “competência” dos agentes políticos, mediada pelos resultados dos sufrágios eleitorais que ocorreriam nos anos seguintes (“Uma questão de competência” 1974).

Para uma parte da oposição brasileira, contudo, uma certa “portugalização” poderia soar de modo positivo naquele contexto. Após a série de derrotas no âmbito do ciclo revolucionário e de resistência às ditaduras na América Latina, diferentes segmentos da oposição brasileira encontravam em Portugal a possibilidade para discussões sobre o caráter da transição brasileira e formas para aprofundá-la no sentido de construir uma transição democrática, assumindo demandas por direitos humanos, liberdades civis e democracia. Naqueles anos, o país ibérico recebeu muitos dos exilados brasileiros após os golpes militares no Chile, no Uruguai e na Argentina, aproveitando a abertura da janela democrática ibérica. O país passou a ser um refúgio exatamente quando o cerco de ditaduras militares na América do Sul fechou-se quase por completo. Ocorreram três ciclos de ingressos de exilados brasileiros em Portugal, sendo o primeiro logo após a Revolução dos Cravos, reunindo diferentes gerações de militantes políticos brasileiros. Um segundo e importante momento ocorre a partir de 1978, quando o ex-governador Leonel Brizola reorganizou o

trabalhismo em contato com os social-democratas portugueses (Marques e Gonçalves 2016). O terceiro se dá em 1979, como uma “última estação” de muitos exilados que procuravam apoio em Portugal antes do retorno ao Brasil (Freire 2010).

Setores da esquerda portuguesa ao longo do processo revolucionário passaram a promover ativamente a solidariedade com os chamados povos do Terceiro Mundo. Juntamente com desenvolvimento e democracia, a revolução tomava iniciativas em favor da descolonização. O alargamento de tal perspectiva, aproximava amplos setores políticos de países do então chamado Terceiro Mundo, o que por algum tempo localizou Portugal em um quadro de lutas anticoloniais (Narra 2023). As lutas contra a ditadura militar no Brasil, vistas a partir de Portugal, poderiam então ganhar uma conotação internacional e conexões com a descolonização na África, o que intensificava os debates sobre a importância internacional das disputas políticas domésticas.

Quando a revolução portuguesa completou seu primeiro aniversário, em um editorial, o *Jornal do Brasil* defendeu que, “nessa fase de transição”, Portugal demonstrava que rejeitava o “regime comunista que infiltrou seus tentáculos no governo provisório”. As eleições então realizadas apontavam para a “fisionomia europeia democrática” e derrotavam qualquer “engajamento no terceiro mundo, com os riscos que lhe seriam inerentes, de uma mudança para outra órbita”. O país mantinha-se como o “portal da Europa” (“Resposta eleitoral” 1975).

A partir de 1976, o esvaziamento do período mais radical da revolução portuguesa significou consensos entre socialistas, setores liberais moderados e os que se autodenominavam socialdemocratas, contando com o fundamental aporte das forças armadas, acerca da consolidação de um regime democrático (Loff 2006). Houve um rearranjo de forças que favoreceu uma situação de estabilidade constitucional do país e a afirmação de um sistema partidário baseado no pluralismo e na competição eleitoral. Socialistas e socialdemocratas buscaram um outro tipo de protagonismo internacional, apresentando-se como forças confiáveis para levar Portugal a ingressar na Comunidade Europeia (Paço 2012).

Nesse âmbito, novos sentidos de “portugalização” passaram a fazer parte momentaneamente do léxico político brasileiro. Corria o mês de novembro de 1975, há poucos dias do movimento militar que afastou do poder os segmentos políticos mais comprometidos com o processo revolucionário e interrompeu o caráter radical das iniciativas governamentais em Portugal. O *Jornal do Brasil* publicou declarações do senador Danton Jobim, vice-presidente do MDB, um oposicionista muito moderado, que discutiu a necessidade de criar “certas válvulas de escape para reclamos de natureza social”, preocupado que estava com o aumento de pressões populares. Isso deveria conduzir governo e oposição a “encontrar caminhos para institucionalizar

a Revolução”, referindo-se ao modo como a ditadura se autodenominava, o que teria o sentido de garantir “normalização” juntamente com a “segurança das instituições” e a “segurança nacional”, em um discurso que procurava ganhar a confiança das Forças Armadas. A transição como institucionalização de princípios orientadores da própria ditadura reaparecia em tal argumento, mas não no novo sentido de “portugalização”. Pelo contrário, caso não fosse institucionalizada, a transição poderia levar o país para um caminho que estaria “criando as condições ideais para a portugalização”, algo que “nenhum de nós deseja”. É nítido que o sentido atribuído ao neologismo era o de ruptura abrupta com o regime, em meio a pressões sociais. Mais uma vez, a portugalização é indesejada, ainda que por motivos inteiramente distintos (“Danton pede uma orientação” 1975).

Àquela altura, “portugalização” passou a ser empregado para definir um processo revolucionário que combinava pressões populares apoiadas e fomentadas pelas Forças Armadas. Naquele contexto, o líder conservador francês Jacques Chirac acusava a esquerda de seu país, em especial o Partido Socialista, de “tentar subverter o exército”, numa tentativa de “portugalização nas Forças Armadas” da França. Isso estaria ocorrendo em função da criação de “comitês de soldados”, organizados para a defesa de seus direitos, com uma “conotação revolucionária e subversiva” (“Chirac teme ‘portugalização’” 1975).

O correspondente do *Jornal do Brasil*, Walder de Góes, em fevereiro de 1976, discorreu sobre a expectativa de “distensão política” que naqueles dias mobilizava outro país europeu, a Espanha, meses depois da morte do ditador Francisco Franco. Ao contrário das esperanças populares, o regime franquista procurava manter-se intacto, controlando o sistema político para “dosar com precisão o ritmo da mudança”. Os opositores, contudo, alertavam que este teria sido exatamente “o erro de Caetano”, referindo-se ao ditador deposto em Portugal. A oposição conservadora não escondia que temia a “portugalização da Espanha”. Como um fantasma que rondava diferentes países, a imagem de mobilizações populares radicais, apoiadas por soldados armados, parecia assustar de diferentes formas os que desejavam evitar mudanças rápidas e controlar os ritmos de quaisquer transições que estivessem no horizonte. Na Espanha, o que estaria em jogo seria a promoção de uma “mudança” que não fugisse aos “padrões europeus ocidentais”. Conforme um arquiteto da transição espanhola: “é necessário tornar impossível a revolução, através de reformas” (Góes 1976).

No mês seguinte, um artigo de outra correspondente internacional, Arcelina Helena, reportou o encontro de partidos socialistas moderados ou socialdemocratas na cidade do Porto. Passado o período revolucionário mais intenso, o *Jornal do Brasil* anunciou: “Portugal de volta à Europa”. O mote principal do encontro, “a Europa está conosco”, cristalizava a união de dirigentes

partidários de diferentes países, especialmente Espanha, França, Suécia, Áustria, Alemanha, Noruega e Holanda, organizados na Internacional Socialista, além de Portugal, sob a liderança de Mario Soares. Portugal deixava o isolamento de “50 anos de colonialismo e fascismo” para uma “agressiva política de abertura”. A aproximação com os socialdemocratas europeus, principalmente os alemães, assegurava que os portugueses seguissem o caminho da transição moderada (Helena 1976). Pode-se afirmar que tal abordagem significava afirmar que Portugal finalmente abandonava também o novo sentido que fora atribuído ao termo “portugalização”, o que deveria ser um exemplo para o Brasil.

Em um período de poucos anos, a partir de 1974, várias iniciativas foram delineadas para as recomposições políticas no Brasil, o que envolveu debates sobre a unidade das oposições, incluindo ainda as medidas que partiram do próprio regime para fragmentar seus adversários. Ainda em 1976, em texto publicado na revista *IstoÉ*, que então aparecia como uma novidade no mercado editorial brasileiro, com grande espaço para a discussão de ideias, o cientista político Bolívar Lamounier referiu-se aos políticos opositores que, em um debate promovido pela revista, “entoaram loas à moderação da revolução portuguesa” (Lamounier 1976). A moderação do processo político português, a partir daquele ano, deu consistência aos diálogos travados por brasileiros com a perspectiva do chamado “socialismo democrático”, campo político que envolvia a socialdemocracia europeia por meio da organização Internacional Socialista. Entre os que atuaram com destaque em Portugal neste âmbito político, cabe destacar os ex-deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, além do mencionado Leonel Brizola, ao aproximar-se do então Primeiro-Ministro português Mário Soares e do ex-chanceler alemão Willy Brandt, quando estes buscavam uma ação articulada junto a lideranças latino-americanas. Um dos marcos desta conexão portuguesa com o Brasil ocorreu exatamente em 1976, a partir de uma reunião de dirigentes políticos da Europa e da América Latina ocorrida em Caracas, daí desdobrando-se em discussões sobre a reorganização da oposição brasileira e as alternativas ao MDB (Lohn 2021).

Assincronias da transição à brasileira

Alfred Stepan voltou a organizar um livro sobre o processo político brasileiro em 1988, como uma sucessão do mencionado *Authoritarian Brazil*, de 1973. A coletânea intitulada *Democratizando o Brasil* (Stepan 1988) contou com alguns autores que haviam participado do trabalho publicado quinze anos antes. Além do próprio Stepan, voltaram a colaborar com capítulos Thomas Skidmore, Albert Fishlow e Fernando Henrique Cardoso, este acompanhado por nomes que colaborariam com seu governo quando chegou à presidência da República na década seguinte, tais

como Francisco Weffort, Edmar Bacha e Pedro Malan. Editado primeiramente no Brasil, há uma presença muito mais significativa de intelectuais brasileiros no livro do que na coletânea de 1973, além de uma maior diversidade de pontos de vista e de abordagens no âmbito das Ciências Sociais. Uma ausência significativa é a de Phillippe C. Schmitter.

Há muito que a tese sobre a “portugalização” havia sido esquecida. Seus limites, em confronto com os eventos e processos ocorridos, mostraram-se evidentes e foi descartada dos dois lados do Atlântico. Na coletânea de 1988, com foco na decomposição da ditadura e de seu modelo de desenvolvimento, bem como na construção de alternativas de democratização, o texto de Bolivar Lamounier (1988), “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”, é tanto um balanço crítico sobre o primeiro livro quanto a formulação de uma abordagem que demonstra um deslocamento de perspectivas acerca da transição política brasileira entre as décadas de 1970 e 1980 no âmbito dos especialistas acadêmicos.

O autor admite que a obra de 1973 não tivera “um grande poder preditivo no que se refere à liberalização iniciada em 1973-74”. Para Lamounier, a obra não fora capaz de identificar a “mecânica” por meio da qual o processo de transição política no Brasil foi engendrado, em especial “a rápida revalorização da política eleitoral”, o que implicou no surgimento de uma “oposição vigorosa”. A transição, tendo este elemento por motor, teria engendrado um sistema político distinto e que não reproduzia aspectos do que havia anteriormente a 1964. Mesmo ausente da coletânea, Phillippe C. Schmitter aparece com destaque no texto de Lamounier, que aponta sua falha ao exagerar o papel do Estado e a simplificar excessivamente as “reações políticas da sociedade”. Neste caso, o cientista político norte-americano teria deixado de considerar as práticas pluralistas e os “antecedentes liberal-representativos” das disputas políticas brasileiras, os quais sobreviviam apesar do período mais duro do regime autoritário. O autor considera que “esse expurgo dos aspectos pluralistas” teria levado Schmitter “a pensar num processo de ‘portugalização’ (salazarista, bem entendido) do Brasil”. Em particular, sua concepção de uma sociedade brasileira “incapaz de engendrar resistências à concentração autoritária do poder”. Em conclusão, diferente do que ocorreria na Argentina, na Grécia e em Portugal e Espanha, a democratização brasileira seria caracterizada “por seu caráter totalmente endógeno e pelo seu gradualismo”, o que apontava para sua duração longa e sua inconclusão. A singularidade da transição brasileira prevalecia sobre sua sincronidade com processos análogos, com o autor acentuando sua conhecida tese acerca do “processo de abertura pela via eleitoral” que teria prevalecido no país (Lamounier 1988).

Apesar da contemporaneidade dos processos de transição, a não contemporaneidade da transição brasileira parece prevalecer nessa perspectiva crítica de Lamounier em relação à proposta

de Schmitter. A longevidade e o gradualismo do processo brasileiro chamam a atenção para uma outra temporalidade, distinta daquela percebida na “onda” democratizadora em âmbito internacional. Na passagem da década de 1970 para a seguinte, há um deslocamento da discussão e das interpretações sobre a transição brasileira, prevalecendo os aspectos propriamente nacionais. Dessa forma, sua sincronicidade perde em favor de uma singular transição à brasileira. E as questões centrais passaram a ser as discussões sobre os fundamentos e o alcance do “pacto” pelo alto que marcou a transição “para a constituição de um regime ‘realmente democrático’ no país”, como apontam Freire e Martinho (2012). As assincronias do processo de transição ocorrido no Brasil, contudo, não obscurecem os cruzamentos e os nós de debates que ampliaram a esfera propriamente do político no país naquele contexto. Houve uma rápida politização da sociedade e as mobilizações sociais ganharam dimensão francamente democrática.

Não houve um mesmo e único tempo dos processos de transição, mas suas interações e conectividades atravessaram os debates em curso sobre as relações políticas no país e seu reenquadramento à luz de novos debates. Pode-se sugerir que as eleições atuaram como fator de legitimação de setores entre os políticos civis que foram então capazes de dialogar com a crescente participação popular, ao mesmo tempo em que manejava valores e princípios que ampliavam a noção de democratização, incluindo ideias que circulavam em âmbito internacional. Para Rui Cunha Martins (2011), à luz de Koselleck, entre as características de um tempo vivido como um período de transição e de mudança política está a convivência de “histórias diversas e de diversos ritmos”, configurando experiências que envolvem projeções de futuro e uma percepção de aceleração. Contudo, para além dessas dimensões, há ainda a permanência, que costuma estar ausente das perspectivas marcadas por abordagens que acentuam a linearidade das mudanças sociais. Daí que seja necessário atentar para a “sobreposição”, em tais períodos, “de elementos de sinal contrário e de modelos tradicionalmente antagônicos de consumação da mudança”, identificando a presença simultânea e improvável de temporalidades e sentidos divergentes, não necessariamente sincronizados.

A temática da consolidação da democracia segue sendo uma das mais sensíveis no cenário brasileiro contemporâneo, com movimentações ambíguas e conflitantes que atravessam a sociedade brasileira em um concerto de perspectivas autoritárias, violências cotidianas e promessas frustradas. De certo modo, a transição resguardou a continuidade de elementos do Estado autoritário, os quais insistem em conviver com os procedimentos democráticos. Por outro lado, o cenário social e político ganhou novos contornos, que extrapolaram os limites das forças incrustadas no aparelho de Estado. Por fim, debates como os ocorridos entre as décadas de 1970

e 1980, ao conectar e extrapolar as fronteiras nacionais, possibilitaram situar em um quadro amplo os projetos sociais então em disputa acerca da transição brasileira e seus arranjos e interações. As fronteiras nacionais apareceram como limiares atravessados por ideias que circularam e influenciaram de diversas formas as racionalidades políticas em construção. Além disso, é preciso considerar que a complexidade de processos históricos como as transições políticas está em suas assincronias, residindo aí a importância de abordagens históricas, atentas às diferentes temporalidades envolvidas.

Referências:

- Avritzer, Leonardo. “Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica das teorias da transição para a democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, n. 28 (1995): 109-122.
- Brito, Alexandra Barahona de, e Andrés Malamud. “Dimensões internacionais da democratização: debates, paradoxos e opções políticas”. Em *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva, 203-223. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Cancelli, Elizabeth. “Brasil: políticas de transição e de reconciliação, estratégia de Guerra Fria”. *Revista de História*, n. 180 (2021): 1-32. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167231>
- “Chirac teme ‘portugalização’”, *Jornal do Brasil*, 29 de novembro de 1975, A10.
- Conrad, Sebastian. “Enlightenment in global history: a historiographical critique”. *The American Historical Review*, 117, n. 4 (2012): 999-1027. <https://www.jstor.org/stable/23427878>
- “Danton pede uma orientação”, *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1975, A2.
- Diniz, Eli. “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura”. *Dados*, 28, n. 3 (1985): 329-346. <https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=309>
- Fico, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Tempo e Argumento*, 9, n. 20 (2017): 5-74. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>
- Flores, Aluizio. “Do processo histórico e da solução cabocla”, *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1974, Coluna do Castelo, A4.
- Freire, Américo Oscar Guichard, e Francisco Carlos Palomanes Martinho. “Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia”. *História da Historiografia*, 5, n. 10 (2012): 124-145. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.462>
- Freire, Américo. “Ecos da Estação Lisboa. O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal”. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 64 (2010): 37-57. <https://journals.openedition.org/spp/241>
- Góes, Walder de. “Madri dosa com calma o ritmo da mudança”, *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1976, A9.

- Helena, Arcelina. “Portugal de volta à Europa”, *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1976, Especial, 1.
- Hermet, Guy. “As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. Em *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*, org. Alzira Alves de Abreu, 13-43. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- Hoeveler, Rejane Carolina. “Pela manutenção da ‘obra da Revolução de 1964’: a formulação da estratégia gradualista de descompressão política no Brasil (1970-1972)”. *Estudos Históricos*, 37, n. 82 (2024): e20240216. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420240216>
- Huntington, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- “Junta controla Portugal e anuncia Constituinte”, *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1974, A1.
- Koselleck, Reinhart. *Estratos do tempo. Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- Lamounier, Bolivar. “A retórica dos profissionais”, *IstoÉ*, novembro de 1976, n. 7, 48-51.
- Lamounier, Bolivar. “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”. Em *Democratizando o Brasil*, org. Alfred Stepan, 83-134. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Lemos, Renato Luís do Couto Neto e. “A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64”. *Tempos Históricos*, 18, n. 2 (2014): 559-590. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11628>
- Linz, Juan J., e Alfred Stepan. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Linz, Juan J. “The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil”. Em *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*, org. Alfred Stepan, 233-254. New Haven e Londres: Yale University Press, 1973.
- Loff, Manuel. “Fim do colonialismo, ruptura política e transformação em Portugal nos anos setenta”. Em *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, org. Manuel Loff, e Maria da Conceição Meireles Pereira, 153-193. Porto: Editora UP, 2006.
- Lohn, Reinaldo Lindolfo. “Internacionalismo e redemocratização brasileira: as transações de cúpula da Internacional Socialista e as conexões entre Brasil e Portugal em 1976”. *Esboços*, 28, n. 48 (2021): 386-406. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e78249>
- Marques, Teresa Cristina Schneider, e Leandro Pereira Gonçalves. “A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio”. *Civitas*, 16, n. 3 (2016): 399-416. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23504>
- Martinho, Francisco Carlos Palomanes. *Marcello Caetano and the Portuguese “New State”. A Political Biography*. Brighton: Sussex Academic Press, 2018.

Martins, Rui Cunha. “Problemática da mudança política”. Em *Portugal, 1974: transição política em perspectiva histórica*, org. Rui Cunha Martins, 19-29. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

Motta, Cezar. *Até a última página: uma história do Jornal do Brasil*. São Paulo: Objetiva, 2018.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Napolitano, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

Narra, Rita Lucas. “O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o terceiro-mundismo na revolução portuguesa de 1974–1975”. *Dictatorships & Democracies*, 11 (2023): 37-64. <https://doi.org/10.7238/dd.v0i11.421892>

O'Donnell, Guillermo, e Phillipe C. Schmitter. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

Paço, António Simões do. “A ‘Europa Connosco’: os trabalhistas ingleses e o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias”. *Diálogos*, 16, n. 2 (2012): 525-546.

Pedretti, Lucas. *A transição inacabada: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

Pedrosa, Fernando. “Nuevas perspectivas en los estudios sobre la democratización: el papel de los actores internacionales. La Internacional Socialista en América Latina (1974-1992)”. *Studia historica. Historia contemporânea*, n. 28 (2010): 71-95. <https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/8045>

Pezzon, Rodrigo. *Guarda um cravo para mim: os exilados brasileiros em Portugal (1974-1982)*. São Paulo: Alameda, 2019.

Pitts, Bryan. *Until the storm passes: Politicians, democracy, and the demise of Brazil's Military Dictatorship*. Oakland: University of California Press, 2023.

Pridham, Geoffrey. “The international dimension of democratization: theory, practice and inter-regional comparisons”. Em *Building democracy? The international dimension of democratization in Eastern Europe*, org. Geoffrey Pridham, Eric Herring, e George Sanford, 7-29. Londres: Leicester University Press, 1997.

“Resposta eleitoral”, *Jornal do Brasil*, 27 de abril de 1975, Editorial, p. A6.

Revel, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. *Revista Brasileira de Educação*, 15, n. 45 (2010): 434-444. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300003>

Rezola, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007

Rosanvallon, Pierre. “Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)”. *Revista Brasileira de História*, 15, n. 30 (1995): 9-22.
https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3782

Schmitter, Philippe C. “Still the century of corporatism?”. *The Review of Politics*, 36, n. 1 (1974): 85-131. <https://www.jstor.org/stable/1406080>

Schmitter, Philippe C. “The ‘Portugalization’ of Brazil?”. Em *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*, org. Alfred Stepan, 179–232. New Haven e Londres: Yale University Press, 1973.

Stepan, Alfred, org. *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1973.

Stepan, Alfred, org. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

“Uma questão de competência”, *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1974, Caderno Especial, 2.

Whitehead, Laurence. “Postscript”. Em *The international dimensions of democratization: Europe and the Americas*, org. Laurence Whitehead, 443-454. Oxford: Oxford University Press, 2001.
<https://doi.org/10.1093/0199243751.003.0016>

Recebido: 15 de janeiro de 2026

Aprovado: 05 de agosto de 2026